

O legado educacional do século XIX

Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarim,
Jane Soares de Almeida (UNESP, 1997)

Eliane Teresinha Peres*

O livro "*O legado educacional do século XIX*" (UNESP, 1997. 182p), de Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa Valdemarim e Jane Soares de Almeida, professoras da UNESP/Araraquara, constitui-se em uma importante contribuição para a historiografia educacional brasileira. Em três artigos, as autoras exploram temáticas fundamentais para a compreensão dos processos históricos de constituição e do funcionamento da escola primária brasileira e do desenvolvimento da profissão docente. As temáticas dizem respeito a algumas das mais importantes inovações educacionais para/da escola primária brasileira no século XIX: a institucionalização da escola graduada, o método intuitivo e a feminização do magistério.

No texto **Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil**, Rosa Fátima de Souza analisa a criação e a implantação, no século XIX, dos Grupos Escolares na França, na Espanha, nos Estados Unidos e no Brasil. Para tanto, a autora empreendeu uma

interessante revisão da literatura desses países sobre as inovações trazidas pela implantação da escola graduada, que se caracterizou, basicamente, pela classificação homogênea dos alunos, pela substituição da sala única por várias salas de aula e vários professores. Rosa Fátima de Souza mostra como esses países enfrentaram os problemas de tal organização pedagógica: a classificação dos alunos por idade e, sobretudo, por nível de conhecimento, a definição de planos gerais de estudos, os métodos pedagógicos (passagem do "método tradicional" para o método de ensino intuitivo), o emprego do tempo escolar, a organização das classes, os dispositivos de seleção e classificação dos alunos. Baseada em David Hamilton, a autora discute as relações entre instrução simultânea e ensino de classe, concluindo que, somente no final do século XIX, a classe converteu-se em unidade organizativa dominante no ensino primário. Usando como fontes de pesquisa Anais da Câmara de Deputados

* Doutoranda FaE/UFMG

de São Paulo, jornais, relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior e legislação educacional, a autora analisa a implantação dos Grupos Escolares, em 1893, no Estado de São Paulo. Esse modelo escolar, considerado mais racional, econômico e moderno, esteve atrelado, no Brasil, aos ideais republicanos. Na implantação da escola graduada brasileira deu-se maior ênfase aos métodos e processos de ensino, já que transformações estruturais implicariam o enfrentamento de problemas crônicos da educação brasileira, demandando custos elevados. Mesmo assim, e ainda que parcialmente, os Grupos Escolares foram priorizados em detrimento das escolas isoladas. Com dificuldades, problemas, contradições e investimentos insuficientes, os Grupos Escolares ganharam espaço no sistema público de ensino e significaram um lugar importante de afirmação da profissão docente, de visibilidade de um novo ator social — o diretor — e de oportunidades de escolarização para as camadas populares, fundamentalmente para os filhos de pais estrangeiros, no caso de São Paulo.

Rosa Fátima de Souza esclarece, com seu estudo, algumas das práticas e pressupostos mais importantes da escola contemporânea. Além disso, instiga os/as leitores/as para novas pesquisas. A implantação da escola graduada em outros Estados brasileiros merece, com certeza, atenção especial da historiografia educacional brasileira.

No bojo do movimento de renovação pedagógica que despontou na segunda metade do século XIX, a adoção de um novo método de ensino significou uma inovação importante na prática pedagógica: o método intuitivo ou “lição de coisas”. A partir do estudo de dois manuais didáticos, *Méthode Intuitive. Exercices et travaux pour les enfants selon la méthode et les procédés de Pestalozzi et de Froebel* (1913), de Fanny Ch. Delon e M. Ch. Delon, e *Primeiras lições de coisas*, de Normam Allinson Calkins (1886), Vera Teresa Valdemarim, em **Método Intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado**, analisa as diretrizes gerais, os princípios

básicos, as prescrições, a progressão das lições e os resultados creditados ao método de ensino intuitivo. Partindo do pressuposto de que as formulações pedagógicas são embasadas em teorias do conhecimento, a autora explora as relações entre método de conhecimento e método de ensino. Explicitando as prescrições, presentes nos dois manuais, de como deveria efetivar-se na escola o método de ensino intuitivo, demonstra que a matriz teórica de tais formulações assenta-se no empirismo e evidencia isso a partir do estudo de dois filósofos: Francis Bacon e John Locke. Em consonância com os princípios do empirismo clássico, o método intuitivo fundamentava-se na primazia dos sentidos como fonte de conhecimento e na linguagem como forma de expressão deste conhecimento. Discutindo tais princípios, Vera Teresa Valdemarim indica as sincronias entre método filosófico e método de ensino, ou seja, as influências de paradigmas epistemológicos em procedimentos didáticos. Não estabelece, porém, essas relações de forma linear e simplista, mas procura mostrar a complexidade desse processo, lançando mão de conceitos como o de transposição didática e chamando a atenção para as relações entre saber escolar, cultura e sociedade. Ao fazer isso e ao percorrer, através dos manuais didáticos, as inovações curriculares decorrentes da adequação do método intuitivo em diferentes áreas, como as ciências naturais, a geometria, o cálculo, a história, o ensino da leitura e da escrita, o desenho, a ginástica, o canto, a autora abre “janelas e portas” para novas e promissoras pesquisas, muito especialmente em uma área na qual a pesquisa educacional brasileira é, ainda, devedora: a história do currículo e das disciplinas escolares.

Analisando artigos e notícias veiculados pela imprensa periódica educacional e pela imprensa feminina portuguesa e brasileira da virada do século, Jane Soares de Almeida, em **Vestígios para uma reinterpretação do magistério feminino em Portugal e Brasil (séculos XIX-XX)**, propõe uma releitura das origens da feminização do magistério nos dois países. A autora não se satisfaz com

as explicações de que a feminização dessa profissão ocorreu em razão do aumento quantitativo de vagas no magistério, da ampliação de classes femininas e da retirada dos homens da docência em função das novas oportunidades de trabalho surgidas com os processos de industrialização e urbanização. Argumenta que a feminização do magistério não foi um processo pacífico e tampouco uma concessão feita às mulheres. A entrada das mulheres na profissão docente teria sido, por essa análise, o *passaporte* feminino para o mundo público. O magistério teria possibilitado, assim, uma inserção social mais ampliada às mulheres. A tese principal que a autora defende, portanto, é a de que a feminização do magistério deveu-se às lutas empreendidas pelas mulheres para alcançar a liberdade, a autonomia e a independência financeira. Na análise do fenômeno da feminização da profissão docente não é possível, segundo Jane Soares Almeida, minimizar os comportamentos de transgressão, de resistência e as reivindicações femininas. A autora vai além, afirmando que as mulheres utilizaram-se do discurso da maternidade, da domesticidade e da vocação, como elemento de resistência e como forma de se impor na profissão docente e, conseqüentemente, no mundo público. A defesa desses argumentos não pode, no entanto, deixar transparecer que o movimento das mulheres foi consciente, sincronizado e coerente. Houve, nesse processo, contradições, desacordos e dissimetrias.

A autora contesta, também, a relação de causa e efeito das explicações para a feminização do magistério e a perda do estatuto da profissão docente, refutando a tese de que a entrada das mulheres significou rebaixamento salarial e afirmando que essa profissão, mesmo quando dominado por homens, nunca teve uma remuneração significativa. Enfim, esboça um quadro promissor de análise e, como o próprio título do texto anuncia, traz "vestígios" para novas pesquisas e novas problematizações sobre temática tão

fundamental para a História da Educação: a feminização do magistério.

Considero particularmente promissor, entre outros, um destes vestígios anunciados: a resistência dos segmentos masculinos do magistério, na virada do século, à entrada das mulheres na profissão docente. Isso revela a complexidade do fenômeno. No Brasil, os poucos estudos sobre feminização do magistério têm focalizado, fundamentalmente, o discurso que foi sendo construído social, cultural e historicamente, apresentando as mulheres como ideais para o exercício do magistério primário. Examinando a imprensa educacional e feminina, Jane Soares Almeida encontrou manifestações de homens professores contra a entrada das mulheres no magistério, o que mereceria, no meu entendimento, uma atenção especial. Os argumentos dos segmentos masculinos que se insurgiram contra a entrada das mulheres na profissão docente "referiam-se desde uma possibilidade de efeminação dos meninos, educados por mulheres, até uma mancha na reputação das professoras, além do perigo, sempre presente, que a beleza e os atributos femininos pudessem perturbar os rapazes nas escolas e causar sérios problemas morais" (Almeida, p.139). Perseguir esse viés de análise é explicitar um *contradiscurso*, ou seja, é revelar a coexistência de argumentos. Se as mulheres foram consideradas, em um dado momento histórico, *seres naturais e ideais* para o trabalho docente, houve quem as considerasse *seres perigosos* para exercer tal atividade. Os argumentos do segmento masculino do magistério revelam, também, que os homens procuraram, de alguma forma, garantir seu espaço no magistério, não o cedendo facilmente às mulheres. É mais um indício da complexidade do processo de feminização do magistério que merece, ainda, um esforço de pesquisa no Brasil.

Enfim, como diz Antônio Nóvoa no prefácio desta obra, este é um "livro que merece, sem dúvida, uma leitura atenta" (p.II).

